PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Entrevista

O gestor do PRR Fernando Alfaiate tem 117 investimentos e 44 reformas para fazer até 2026. Mas vai na segunda dissolução da Assembleia da República desde 2021. Alerta é para os diplomas a aprovar nos próximos meses

"É crítico avançar com as reformas do PRR"

Fernando Alfaiate lidera a Estrutura de Missão Recuperar Portugal desde 2021, coordenando a execução do PRR com mais de 70 entidades

TEXTOS **JOANA NUNES MATEUS** FOTO **TIAGO MIRANDA**

Como disse o Presidente da República a 9 de novembro: "A aprovação do Orçamento permitirá ir ao encontro das expectativas de muitos portugueses, e acompanhar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que não pára, nem pode parar, com a passagem de Governo a Governo de gestão, ou mais tarde com a dissolução da Assembleia da República." Esta é a frase que o presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) mais repete nas declarações prestadas ao Expresso após a crise política que conduziu às novas eleições de 10 de março de 2024. São as segundas eleições antecipadas desde que Fernando Alfaiate assumiu o cargo de gestor do PRR em 2021. Tem por missão coordenar, com sete dezenas e meia de entidades públicas, a execução de 117 investimentos no terreno mais 44 reformas até 2026.

"A leitura que eu tiro dessa declaração do Presidente da República é muito positiva", diz o gestor do PRR, Fernando Alfaiate. Porque "incluo aqui quer os investimentos quer as reformas do PRR. Estas reformas estavam previstas, foram aprovadas com a Comissão Europeia e também precisam de avançar para o PRR não parar". Em causa estão os marcos legislativos que Portugal deve cumprir nas próximas semanas ou meses para pedir o quinto cheque da 'bazuca' europeia, por sinal o segundo maior dos dez cheques programados entre 2021 e 2026 (ver infografia nesta página). Não basta avançar com as obras públicas ou pagar os apoios às empresas. Esta quinta etapa do PRR também implica concretizar várias reformas que dependem mais da parte governativa, mediante a aprovação e entrada em vigor de vários diplomas, desde o pacote legislativo relativo à

reorganização da Administração Pública à portaria relativa ao hidrogénio renovável.

"Quer o Presidente da República quer o Governo de gestão deverão ter em consideração a necessidade de não fazer uma paragem durante quatro ou cinco meses. Seria uma situação muito crítica para o PRR", diz Fernando Alfaiate sobre as reformas. Até porque "não haverá nenhuma que não tenha já processo legislativo iniciado".

Gestor do PRR alerta para a necessidade de reforçar a equipa de 60 pessoas da Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Face à anterior crise política decorrente do chumbo do Orçamento do Estado (OE) para 2022, o gestor do PRR agradece a aprovação do OE 2024. "É uma vantagem para autorizar despesa das entidades públicas, para lançar os concursos das obras. Da outra vez, tivemos um semestre em duodécimos. Não é forma de pôr investimentos no terreno."

Da outra vez, o PRR também ficou de avançar. "Mas em termos práticos, vi muita coisa que não andou para a frente. Da outra vez, essa necessidade não foi frisada e os serviços foram tendo desculpas para não lançarem concursos ou avançarem com o PRR. Desta vez, acho que merecia essa referência. Desta vez, deve ser refletida na legislação a publicar com a dissolução da Assembleia da República o permitir, incentivar, frisar, sublinhar dessa importância."

Dada a crescente exigência do prazo de execução do PRR até 2026, "não se deve tirar o foco da necessidade de concretização destes investimentos e reformas para o país".

MAIS PRR, MAIS PESSOAL

Entre o plano inicial de 2021 e o plano reprogramado de 2023, o PRR viu subir o envelope a aplicar até 2026 de €16,6 mil milhões para €22,2 mil milhões (+33%), as reformas a aprovar de 32 para 44 (+38%), os investimentos a concretizar de 88 para 117 (+33%) e os marcos e metas a cumprir de 341 para 461 (+35%).

“É um grande desafio para a organização interna da EMRP”, alerta o gestor do PRR sobre a sua atual equipa de 60 pessoas. “Não se pode acompanhar e monitorizar um plano de €22 mil milhões com o pessoal de um plano de €16 mil milhões. É muito mais trabalho. Precisamos de um reforço da equipa”, diz. “Já concretizámos esse pedido à nossa tutela. Tivemos uma reação de princípio afirmativa. É importante essa sensibilidade do ponto de vista político para podermos fazer o nosso trabalho”, alerta. “É outro aspeto crítico para que o PRR não pare.”

Fundo Ambiental criticado por atrasos de um ano na análise de candidaturas e seu outsourcing

Além do PRR ser maior, Fernando Alfaiate lembra que a EMRP tem vindo a ganhar responsabilidades adicionais desde 2021. É o caso da operacionalização do mecanismo que restitui aos beneficiários o IVA suportado nas despesas de execução dos projetos do PRR. A EMRP já submeteu um primeiro pedido de €41 milhões ao Ministério das Finanças para reforçar a tesouraria de diversas entidades.

A execução do PRR está distribuída por uma lista de sete dezenas e meia de entidades públicas, encabeçada pela Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) ou o Fundo Ambiental (ver tabela nestas páginas). Entidades cujo reforço de pessoal foi autorizado, mas cujos atrasos na avaliação das candidaturas ou na operacionalização das plataformas informáticas para pagamento dos apoios têm sido criticados.

POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES

O gestor confirma a exigência do desafio de diferentes protagonistas do PRR, desde os apoios às empresas do IAPMEI às obras coordenadas pelo IHRU, Administração Central do Sistema de Saúde ou Metropolitano de Lisboa. “Mas o que mais me preocupa é não estarmos focados em ganhar competências próprias em entidades públicas responsáveis pela execução das medidas”, diz sobre o potencial conflito de interesses na contratação de pessoal externo para apreciar as candidaturas ao PRR.

É o caso do Fundo Ambiental que terá contratado 35 pessoas para o PRR mas regista atrasos de um ano na análise de certas candidaturas. “Quando questionamos esse beneficiário intermediário sobre o que se passa, responde sempre que não tem competências internas. Portanto, essas 35 pessoas foram contratadas para depois subcontratarem outras entidades, universidades, peritos ou consultores em outsourcing, com todo o potencial que isto tem de conflito de interesses, que é muito”, lamenta Fernando Alfaiate. “Não me parece uma boa medida estarmos a contratar pessoas para depois subcontratarem consultores para apreciarem candidaturas”, critica. “Se pretende ser uma entidade gestora de medidas de eficiência energética e de energias renováveis, pode socorrer-se de agências públicas nesse trabalho e sustentada por competências próprias. Senão, não estamos a criar nada para futuro.”

O problema é o atraso na análise das candidaturas dos investidores ao PRR. “Há mais de um ano que temos avisos que não têm resposta. Eu nunca vi isto nos sistemas de incentivos”, diz o gestor que saiu dos fundos comunitários do Compete para o PRR.

A crise política apanhou o PRR rumo ao quinto dos dez cheques da ‘bazuca’ europeia. Este implica cumprir 42 marcos e metas nas próximas semanas ou meses para captar mais €3,2 mil milhões de subvenções e empréstimos. Incluindo a entrada em vigor de legislação que concretiza as reformas do PRR, desde reorganizar a Administração Pública, desenvolver o mercado de capitais, incentivar produtos manufaturados ecológicos ou criar a Unidade Técnica de Avaliação Tributária e Aduaneira permanente e o Observatório de Pobreza Energética. Também inclui a portaria do hidrogénio renovável e o regulamento do licenciamento municipal de projetos de energia renovável

Avaliação Tributária e Aduaneira permanente e o Observatório da Pobreza Energética. Também inclui a portaria do hidrogénio renovável e o regulamento do licenciamento municipal de projetos de energia renovável.

In noticia expresso (17/11/2023)